As contribuições das reuniões pedagógicas na integração do currículo: o caso do Ensino Médio Integrado no IFRN

Francyjonison Custódio do Nascimento[1], **Dante Henrique Moura**[2]

[1]Graduando da Licenciatura em Geografia - IFRN; bolsista de Iniciação Científica do NUPED. e-mail: f_jonison@yahoo.com.br
[2] Doutor em Educação pela Universidad Complutense de Madrid, professor do IFRN; membro do NUPED. e-mail: dante.moura@ifrn.edu.br

Resumo: Este trabalho foi construído a partir do recorte de uma pesquisa desenvolvida pelo Núcleo de Pesquisa em Educação (NUPED) do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) intitulada *Investigando a implementação do ensino médio integrado aos cursos técnicos de nível médio no CEFET-RN a partir de 2005: o currículo e a gestão*, com financiamento originário do Edital MCT/CNPq Nº 014/2008 – Universal. Seu objetivo é discutir como as reuniões pedagógicas podem contribuir para a integração do currículo na perspectiva de docentes, pedagogos e gestores que atuam no Ensino Médio Integrado à Educação Profissional. A pesquisa ocorreu entre 2009 e 2010 e enquadra-se em uma abordagem qualitativa de caráter exploratório e tem como fonte de informação questionários e entrevistas semiestruturadas realizadas com os três grupos de sujeitos de 5 (cinco) *campi* do IFRN envolvidos na pesquisa: Campus Natal – Central; Campus Mossoró; Campus Natal - Zona Norte; Campus Ipanguaçu e Campus Currais Novos. Conclui-se que há reconhecimento, por parte dos entrevistados, do potencial que reuniões pedagógicas podem oferecer á integração.

Palavras–chave: educação profissional, integração, reuniões pedagógicas

1. INTRODUÇÃO

No início da década de 2000, como assegura Moura (2007), ressurge, no Brasil, a discussão de uma concepção de Educação Profissional diferente daquela vigente nos anos 1990. Essa concepção seria a de uma educação unitária, de formação integral, destinada à superação da dualidade entre trabalho manual e intelectual, denominada de educação politécnica (FRIGOTTO ET AL, 2005). Nesse contexto, é proposto uma temporária solução para a implantação dessa educação, visto que a sociedade brasileira é extremamente desigual e, consequentemente, a implementação total dessa concepção ficaria fragilizada, pois os filhos das classes trabalhadoras buscam a entrada no mundo do trabalho com baixa faixa etária. Surge, então, uma educação na qual a realidade de busca de uma formação profissional e o princípio basilar da educação integral fossem contempladas: ensino médio integrado ao ensino técnico. Essa proposta, portanto, "sob uma base unitária de formação geral, é uma condição necessária para se fazer a 'travessia' para uma nova realidade" (FRIGOTTO ET AL, 2005, p. 43).

Nessa perspectiva, é homologado o Decreto nº 5.154/2004 que traz de volta a possibilidade de integração entre o ensino Médio e os cursos técnicos, além de permitir a continuidade dos cursos técnicos concomitantes e subsequentes trazidas pelo Decreto nº 2.208/97. Foi nesse contexto mais amplo que o IFRN, em 2004, fomentou o debate e a construção de um novo projeto político-pedagógico e, consequentemente, novos planos para todos os cursos. Entre esses, os cursos de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Em 2005, portanto, a Instituição deu inicio à implementação desses cursos, nos *campi* de Natal e de Mossoró. Posteriormente, no segundo semestre de 2006, ocorreu a primeira fase da expansão da Rede Federal de EPT (Educação Profissional e Tecnológica), da qual resultou a implantação, no IFRN, de três novos *campi*: Natal/Zona Norte, Ipanguaçu e Currais Novos.

ISBN 978-85-62830-10-5
VII CONNEPI©2012

Partindo do pressuposto que todo novo projeto deve ser acompanhado e avaliado, sentiu-se a necessidade de investigar o processo de implementação nos *campi* Natal - Central, Natal - Zona Norte, Mossoró, Ipanguaçu e Currais Novos do IFRN, desde o ponto de vista da gestão e do currículo. Dessa investigação realizada pelo Núcleo de Pesquisa em Educação (NUPED) do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) intitulada *Investigando a implementação do ensino médio integrado aos cursos técnicos de nível médio no CEFET-RN a partir de 2005: o currículo e a gestão*[1] surgiu o presente trabalho que objetiva discutir como as reuniões pedagógicas (RP) podem contribuir para a integração do currículo na perspectiva de docentes, pedagogos e gestores[2] que atuam no Ensino Médio Integrado à Educação Profissional técnica de nível médio nos referidos *campi*.

2. MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa foi realizada a partir de uma abordagem qualitativa, com caráter exploratório, tendo as entrevistas semiestruturadas realizadas com amostras dos diferentes grupos de sujeitos de cada um dos *campi* do IFRN como principal fonte de informações. Previamente às entrevistas, foram dirigidos questionários ao universo de cada um desses grupos visando uma primeira aproximação da compreensão dos sujeitos no que se refere ás questões em estudo e, assim, coletar dados para à construção dos roteiros para as futuras entrevistas. Todo esse percurso metodológico ocorreu de 2009 a 2010. Na Tabela 1, encontra-se o universo da pesquisa:

Tabela 1 - Universo da Pesquisa

	Natal - Central	Natal - Zona Norte	Mossoró	Ipanguaçu	Currais Novos	Todos os *campi*
Docente	102	8	34	22	20	186
Pedagogo	8	2	3	2	2	17
Gestor	7	5	6	2	*nihil*	20

Fonte: Adaptado de Moura (2011).

O presente trabalho, então, está subdividido em mais duas partes. Na primeira delas, trata-se do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional técnica de nível médio e a concepção de seu currículo preconizada por seu Documento Base (BRASIL, 2007) e por teóricos da Educação Profissional brasileira. A primeira parte, ainda, traz uma caracterização das reuniões pedagógicas em todos os *campi* e, apoiando-se em Vasconcellos (2009) e Torres (2010), aborda as reuniões pedagógicas e suas contribuições para o currículo integrado. Por fim, têm-se as conclusões da pesquisa e propõe-se mudanças nas reuniões da instituição.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

---

[1] Financiado pelo Edital MCT/CNPq Nº 014/2008 – Universal

[2] Estudantes da Instituição também participaram da pesquisa, mas, no item analisado, eles não foram ouvidos já que não participam das reuniões pedagógicas.

Antes de se discutir como as reuniões pedagógicas podem contribuir para a materialização do currículo do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional técnica de nível médio (EMI), é preciso elucidar qual é a concepção desse currículo. O EMI é uma proposta de ensino integrada à educação profissional, em que seja contemplada a formação básica e a formação em uma profissão técnica de nível médio, não condicionado à lógica do capital, mas sim um sujeito crítico em que reflita sobre seu fazer e seu trabalho. Diante disso, essa concepção vai de encontro com o modo de produção vigente, uma vez que busca garantir uma formação completa para leitura do mundo e, assim, superar a concepção de formação para o trabalho, apenas, no aspecto operacional. É proporcionado, portanto, uma formação com vistas á formação politécnica, "um desenvolvimento multilateral, um desenvolvimento que abarca todos os ângulos da prática produtiva na medida em que ele domina aqueles princípios que estão na base da organização da produção moderna" (SAVIANI, 2003, p.140).

Para melhor entendimento da temática, a concepção do EMI implica na compreensão em uma educação unitária, politécnica, omnilateral. O sentido da formação omnilateral expressa uma concepção de formação humana baseada na integração de todas as dimensões de vida no processo formativo (RAMOS, 2008). Contudo, entendida no seu contexto original, a educação politécnica não se encerra em uma profissão específica, isto é, a profissionalização, á princípio, não está incorporada nessa concepção omnilateral do homem. A educação politécnica, então, é entendida como sendo aquela que busca superar com a proposta burguesa de educação e que potencialize a transformação da sociedade e tem, como base, o trabalho como princípio educativo geral. Buscando-se essa transformação - a "travessia" -, propõe-se o currículo integrado, estruturado na integração entre o ensino profissional e ensino médio como parte da universalização do acesso e conclusão da educação básica com qualidade social (MOURA, 2012).

Portanto, esse currículo deve garantir o direito de acesso aos conhecimentos socialmente construídos, tomados em sua historicidade, sobre uma base unitária que sintetize humanismo e tecnologia. Nesta perspectiva, assim como o documento base Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio, esclarece-se que essa integração de saberes que estruturam o currículo do Ensino Médio Integrado busca romper com "a dicotomia trabalho manual/trabalho intelectual, de incorporar a dimensão intelectual ao trabalho produtivo, de formar trabalhadores capazes de atuar como [...] cidadãos". (BRASIL, 2007, p.41). Assim, assume-se que a unidade entre o pensamento e ação é princípio orientador de apreensão e transformação da realidade. Deve-se, portanto, buscar a unidade das práticas que compõem a produção de nossa vida. Desse modo, o EMI tem como seu eixo estruturante a integração entre o trabalho, a ciência, a tecnologia e a cultura.

Sendo assim, é valido explicar o que se compreende por cada eixo. O trabalho, entendido aqui na sua dimensão ontológica, é "uma mediação no processo de produção da existência e objetivação da vida humana"; a ciência enquanto "conhecimento sistematizado", sob crivo social e fruto de um processo histórico, de uma seção da realidade completa que busca a compreensão e modificações dos fenômenos naturais e sociais; a tecnologia como "extensão das capacidades humanas" no sentido de apropriação de conhecimento como força produtiva e podemos considerá-la como mediação entre o conhecimento científico e produção; a cultura como "valores éticos e estéticos que orientam as normas de conduta de uma sociedade" visando a manutenção da vida humana e concretização da atividade produtiva da sociedade (BRASIL, 2010). Deste modo, é evidente que as dimensões que compõem o eixo estruturante são indissociáveis, visto que formam a unidade, a totalidade, que nesse entendimento possuem relações intrínsecas, e assim estruturam a matriz curricular no EMI.

Partindo desse pressuposto, reafirma-se, assim como Ramos (2008), que para entendermos a plenitude do Ensino Médio Integrado se faz necessário à busca pelo entendimento do mundo enquanto totalidade. Assim sendo, o currículo que estrutura o EMI

> articula os conhecimentos de modo que os conceitos sejam entendidos como um sistema de relações de um todo. Uma formação integrada, portanto, não somente possibilita o acesso a conhecimentos científicos, mas também promove a reflexão crítica sobre os padrões culturais que se constituem normas de conduta de um grupo social, assim como a apropriação de referências e tendências estéticas que se manifestam em tempos e espaços históricos, os quais expressam concepções, problemas, crises e potenciais de uma sociedade, que se vê traduzida e/ou questionada nas manifestações e obras artísticas. A partir da compreensão do trabalho em seu sentido ontológico evidencia-se a unicidade entre as dimensões científica-tecnológica-cultural.(BRASIL, 2010, p.54-55)

Feitas essas considerações sobre o EMI, parte-se, agora, para as discussões sobre como as reuniões pedagógicas podem auxiliar na integração do currículo. Necessita-se, antes de quaisquer análises, explicitar o formato das reuniões pedagógicas em todos os *campi* do IFRN. O caso do Campus Natal - Central é de maior complexidade devido a sua estrutura física e administrativa, elevado número de cursos e de professores. Desse modo, os docentes desse *campus* estão distribuídos por cinco (5) Diretorias Acadêmicas, sendo quatro (4) delas vinculadas à Educação Profissional, as quais congregam todos os professores que atuam em disciplinas vinculadas à educação profissional tanto no Ensino Médio Integrado (EMI) como nos cursos técnicos subsequentes, nos cursos superiores de tecnologia (CST) e, quando existe, nos cursos de pós-graduação *lato sensu*. Já na Diretoria Acadêmica de Ciências (DIAC), estão lotados os professores que atuam nas disciplinas do ensino médio de todos os cursos integrados, além das coordenações dos cursos de licenciatura e seus respectivos professores, muitos dos quais atuam simultaneamente no EMI e, inclusive, nos CST e em cursos técnicos subsequentes. Dessa forma, os professores da DIAC, no que se refere ao EMI, não estão vinculados especificamente a um curso, podendo ministrar aulas em cursos de uma ou mais das quatro (4) diretorias de educação profissional. Tratando, agora, dos docentes, foi registrado que eles dispõem, em sua jornada semanal de trabalho, de carga horária destinada a duas reuniões pedagógicas, sendo uma de grupo – por disciplina da educação profissional ou por área de conhecimentos do ensino médio – e uma de caráter mais geral no âmbito de cada uma das cinco (5) diretorias acadêmicas já mencionadas.

Partindo dessas informações, pode-se constatar que não há uma RP geral com todos os professores. Ou seja, não existe um momento sistematizado e em conjunto entre os docentes de formação geral e específica. E essa situação não condiz com uma instituição que visa à integração do currículo, ou em outras palavras, "é fundamental que haja interação e planejamento coletivo entre os profissionais que atuam nas disciplinas do Ensino Médio (EM) e da EP em qualquer curso que se propõe a ser integrado." (HENRIQUE ET AL, 2011, p.454).

Urge, ainda, destacar que as RP foram citadas pelos entrevistados como espaço de participação no processo que resultou na construção das bases teórico-metodológicas do PPP/2004. Isso é consensual, pois, como assegura Torres, as reuniões pedagógicas são consideradas como "um espaço fundamental, seja porque oportunizam o encontro entre os professores, seja porque discutem questões tidas como essenciais para atividade dos docentes." (2007, p. 50). Ou seja, há o reconhecimento do potencial das reuniões pedagógicas enquanto lócus de encontro e, portanto, possível diálogo entre os docentes. Nesse sentido, percebe-se a importância dessa prática pedagógica já que ratificam o diálogo entre as áreas de conhecimento do ensino médio e, portanto, estimula a interdisciplinaridade, indo ao encontro das ideias de Machado (2010, p.92) para quem "o convite à construção de currículos integrados é também uma convocação à interdisciplinaridade, à busca das mediações que possibilitem, planejar e desenvolver planos comuns de trabalho, que harmonizem distintas experiências e pontos de vista.". Entretanto, é necessário pensar que o currículo do EMI – baseado na integração de seus eixos estruturantes: trabalho, ciência, tecnologia e cultura – transcende a interdisciplinaridade. Isto é, apesar do valor da inserção da interdisciplinaridade nas práticas pedagógicas de um currículo integrado, vale destacar que a concepção de educação integral que fundamenta o EMI ultrapassa o diálogo entre as

disciplinas e avança na dimensão epistemológica. A integração deve ocorrer dentro de cada disciplina e de cada conteúdo. Dessa maneira, a relação todo-parte não será comprometida.

Já nos outros *campi*, de menor porte, há apenas uma Diretoria Acadêmica. Assim, está institucionalizada a realização de uma reunião pedagógica por semana, da qual participam todos os professores das disciplinas do Ensino Médio e da Educação Profissional. Este fato é imprescindível, pois indica que há planejamento coletivo e inferência de trabalho coletivo, "categoria fundamental ao processo de integração" (MOURA 2011, p.198). Entretanto, é mister lembrar que a RP com a presença de todos os professores não excluem a opção de reuniões pedagógicas de grupos que tratem de questões mais pontuais para que as discussões e orientações mais especificas de cada curso ou disciplina não sejam negligenciadas.

Ademais, é recorrente, em todos os *campi*, menções dos entrevistados de como as reuniões pedagógicas auxiliam na integração. Além dos motivos já expostos, é perceptível o potencial das reuniões pedagógicas como espaços formativos. Pois, nesses espaços, os docentes podem refletir sua prática docente, trocar experiências e partilhar saberes com a finalidade de construírem práticas que visem à integração do currículo. Entende-se, assim como Vasconcellos (2009), as reuniões pedagógicas como espaços de desenvolvimento. Tal entendimento repercute de forma intensa no processo de formação continuada de todos os profissionais que, de alguma forma, trabalhem com currículos integrados no IFRN. Considerando, aqui, a formação continuada não só em nível de pós-graduação *stricto sensu* em determinada área. Mas a formação continuada como pesquisa e formação no plano didático-político-pedagógico. A formação, nesse sentido, ganha mais relevância. Pois, como elucidado por Moura (2011), a Instituição possui deficiências no campo da formação docente em relação à atuação na Educação Profissional, particularmente no EMI regular e na modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Isso decorre da ausência de políticas sistematizadas de formação docente para a Educação Profissional.

4. CONCLUSÕES

Conclui-se, primeiramente, que a organização do tempo e do espaço de atuação dos docentes da formação geral deve ser repensada, considerando a necessidade de que os mesmos tenham momentos de reflexão em conjunto tanto com os profissionais da EP quanto do EM. De maneira que as especificidades de cada área/disciplina sejam tratadas de forma integrada como propõe o currículo.. Além disso, percebe-se o potencial inerente á reunião pedagógica enquanto lugar de reflexão da prática docente e socialização de experiências que visem o aprimoramento do fazeres pedagógicos cotidianos com vistas á integração dos conhecimentos inerentes ao currículo integrado.

Conclui-se, ainda, é necessário enxergar a reunião pedagógica como espaço de formação continuada dos docentes, da gestão e da equipe pedagógica. Desse modo, urge aliar ás reuniões pedagógicas momentos nos quais os indivíduos possam se apropriar de elementos teóricos que norteiam os princípios do Projeto Político Pedagógico da instituição que atuam no IFRN, principalmente, em vista a integração.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação profissional técnica de nível médio integrada ao ensino médio:** documento base. Brasília, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento_base.pdf >. Acesso em: 20 jun. 2012.

_____. Conselho Nacional de Educação (CNE). **Diretrizes Curriculares Nacionais para**

o Ensino Médio. Proposta de Debate ao Parecer. Novembro, 2010. Disponível em: <http://www.anped.org.br/app/webroot/files/file/DCNs%20Ensino%20M%C3%A9dio-Proposta%20de%20Debate%20ao%20Parecer%204-5%20nov__2010.pdf>. Acesso em: 03 ago. 2012

CIAVATTA, Maria; FRIGOTTO, Gaudêncio; RAMOS, Marise. **Ensino médio integrado**: concepção e contradições. São Paulo: Editora Cortez, 2005.

HENRIQUE, Ana L.S.; SILVA, José Moises N. da; BARACHO, Maria das Graças. Práticas pedagógicas de integração no Proeja - IFRN: o que pensam professores e estudantes. **Inter-Ação**, Goiânia, v. 36, n. 2, p. 451-468, jul./dez. 2011.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. Ensino médio e técnico com currículos integrados: propostas de ação didática para uma relação não fantasiosa. In: MOLL, Jaqueline e Colaboradores. (Org.). **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo**: desafios, tensões e possibilidades. Porto Alegre, RS: Artmed Editora, 2009.

MOURA, Dante Henrique. Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração. **Anais**.. . 30ª Reunião Anual da ANPED. Caxambu: ANPED, 2007

_____. Investigando a implementação do ensino médio integrado ao cursos técnicos de nível médiono CEFET-RN a partir de 2005: o currículo e a gestão. Relatório. 2011

_____. Políticas públicas para a educação profissional técnica de nível médio nos anos 1990 e 2000: limites e possibilidades. In: OLIVEIRA, Ramon (Org.). J**ovens, ensino médio e educação profissional**: políticas públicas em debate. Campinas: Papirus, 2012.

RAMOS, Marise. **A concepção de Ensino médio integrado**. Texto inédito, 2008.

SAVIANI, Dermeval. O choque teórico da politecnia. **Trabalho, Educação & Saúde**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 131-152, 2003.

TORRES, Suzana Rodrigues. Reuniões pedagógicas: espaço de encontro entre coordenadores e professores ou exigência burocrática? In: ALMEIDA, Laurinda R.; PLACCO, Vera. M.N.S. (Orgs). **O Coordenador pedagógico e o espaço de mudança**, 6ª edição. São Paulo: Loyola, 2007.

VASCONCELLOS, C. dos S. **Coordenação do trabalho pedagógico** – do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula. São Paulo: Libertad, 2009.